



PGE-SC

Procuradoria-Geral do Estado

BOLETIM JURÍDICO

NÚMERO 182 - SETEMBRO DE 2024

SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis Ordinárias.....	2
Decretos.....	3

LEGISLAÇÃO FEDERAL

Leis Ordinárias.....	4
Decretos.....	4

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO

Portarias.....	6
Pareceres.....	8

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Márcio Luiz Fogaça Vicari
PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA
ASSUNTOS JURÍDICOS
André Emiliano Uba



GOVSC

LEI Nº 19.032**2 DE AGOSTO DE 2024**

Institui no âmbito do Estado de Santa Catarina o Programa de destinação das carcaças e dejetos dos animais mortos não abatidos, por meio da utilização e emprego de biodigestores, compostagem tradicional, compostagem acelerada, recolha, incineração e demais meios tecnológicos permitidos e adota outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.033**2 DE AGOSTO DE 2024**

Estabelece o dever de as editoras e demais empresas congêneres que se enquadrem como produtoras de livros, jornais, revistas e periódicos, ou comercializem seus produtos no Estado de Santa Catarina, disponibilizarem material gráfico, impresso ou digital, produzido com tecnologias assistivas para pessoas com deficiência visual. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.034**2 DE AGOSTO DE 2024**

Altera a Lei nº 18.531, de 2022, para instituir o Dia do Consumidor e do Contribuinte, no Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.035**2 DE AGOSTO DE 2024**

Institui o Selo “Pessoa com Autismo a Bordo”. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.036**2 DE AGOSTO DE 2024**

Cria o Cadastro Estadual de Protetores e Cuidadores Individuais de Animais em Situação de Abandono ou Risco, no Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.037**2 DE AGOSTO DE 2024**

Altera o art. 17 e o inciso II do art. 20 da Lei nº 18.322, de 2022, que “Consolida as Leis que dispõem sobre Políticas Públicas de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres”, para o fim de que as notificações dos casos de violência sejam encaminhadas também à Polícia Civil. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.038**2 DE AGOSTO DE 2024**

Reconhece o mel produzido no Estado de Santa Catarina como de relevante interesse econômico e social. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.039**8 DE AGOSTO DE 2024**

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025 e estabelece outras

providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.040**9 DE AGOSTO DE 2024**

Institui o mês Maio Furta-Cor, dedicado à realização de ações de cuidado e de promoção da saúde mental materna, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que “Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado”. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.041**12 DE AGOSTO DE 2024**

Altera a Lei Complementar nº 741, de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.042**20 DE AGOSTO DE 2024**

Altera emendas parlamentares impositivas constantes do Anexo I da Lei nº 18.585, de 2022, que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2023, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.043**20 DE AGOSTO DE 2024**

Autoriza a abertura de crédito suplementar em favor dos Encargos Gerais do Estado, do Fundo Penitenciário do Estado de Santa Catarina (FUPESC) e do Fundo em Repartição (SC SEGURO). ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.044**20 DE AGOSTO DE 2024**

Institui o Programa Cem Cópias Sem Custo e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.045**20 DE AGOSTO DE 2024**

Concede anistia aos servidores públicos estaduais titulares de cargo de provimento efetivo e aos professores admitidos em caráter temporário que sofreram penalidades decorrentes de processos administrativos disciplinares pelo descumprimento ao disposto no Decreto nº 1.408, de 2021, e no Decreto nº 1.669, de 2022, e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.046**20 DE AGOSTO DE 2024**

Altera os Anexos I e II da Lei Complementar nº 323, de 2006, que estabelece Estrutura de Carreira, reestrutura o sistema de remuneração e dispõe sobre o regime disciplinar dos servidores da Secretaria de Estado da Saúde e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.047**20 DE AGOSTO DE 2024**

Altera o art. 2º da Lei nº 18.827, de 2024, que altera o art. 4º do Anexo II da Lei nº 10.297, de 1996, e isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) as saídas internas de querosene de aviação (QAV) promovidas por distribuidora de combustível, com destino a consumo de empresa de transporte aéreo de carga ou de pessoas, na operação de Centro Internacional de Conexões de Voos (HUB) em aeroporto internacional localizado no Estado. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.048**20 DE AGOSTO DE 2024**

Altera as Leis nº 3.938, de 1966, nº 10.297, de 1996, e nº 18.521, de 2022. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.049**20 DE AGOSTO DE 2024**

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos do Autista de Tijucas/SC (AMA), com sede em Tijucas, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina para fazer constar nele o nome de tal entidade. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.050**20 DE AGOSTO DE 2024**

Altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que “Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado”, para instituir o Dia Estadual de Combate à Corrupção, definir objetivos específicos para a Semana Estadual de Combate à Corrupção e alterar sua data de início. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.051**28 DE AGOSTO DE 2024**

Estabelece a obrigatoriedade de disponibilização de álcool em gel nos estabelecimentos públicos e privados do Estado de Santa Catarina. ([Inteiro teor](#))

LEI Nº 19.052**29 DE AGOSTO DE 2024**

Concede benefícios fiscais relativos ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas hipóteses que especifica. ([Inteiro teor](#))

DECRETOS

DECRETO Nº 663**6 DE AGOSTO DE 2024**

Altera o Decreto nº 1.860, de 2022, que regulamenta a delegação de competências aos titulares de órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autarquias e Fundações do Poder Executivo para a prática de atos relacionados à gestão de pessoas e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 664**8 DE AGOSTO DE 2024**

Altera o Decreto nº 1.682, de 2022, que dispõe sobre a estrutura organizacional e a denominação dos cargos em comissão e das funções de confiança dos órgãos e das entidades da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 665**10 DE AGOSTO DE 2024**

Decreta Luto Oficial. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 667**12 DE AGOSTO DE 2024**

Decreta Luto Oficial. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 668**12 DE AGOSTO DE 2024**

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Criciúma. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 669**12 DE AGOSTO DE 2024**

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, amigável ou judicial, imóvel localizado no Município de Curitiba. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 671**14 DE AGOSTO DE 2024**

Autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Xanxerê. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 672**14 DE AGOSTO DE 2024**

Introduz as Alterações 4.756 e 4.757 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 673**14 DE AGOSTO DE 2024**

Introduz as Alterações 4.693 a 4.706 no RICMS/SC-01 e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 674**19 DE AGOSTO DE 2024**

Institui o Programa Catarinense Energia Boa e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 675**19 DE AGOSTO DE 2024**

Altera o Decreto nº 2.955, de 2010, que estabelece os procedimentos para o licenciamento ambiental a ser seguido pela Fundação do Meio Ambiente (FATMA), inclusive suas Coordenadorias Regionais (CODAMS), e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 676**19 DE AGOSTO DE 2024**

Altera o Decreto nº 452, de 2024, que fixa o calendário de feriados e pontos facultativos do ano de 2024 para os órgãos e as entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 677**21 DE AGOSTO DE 2024**

Introduz a Alteração 4.771 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 680**22 DE AGOSTO DE 2024**

Altera a Programação Físico-financeira do Plano Plurianual para o quadriênio 2024-2027, aprovada pela Lei Nº 18.835, de 2024. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 681**22 DE AGOSTO DE 2024**

Ementa homologa situação de emergência no município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 682**26 DE AGOSTO DE 2024**

Altera o Decreto nº 334, de 2019, que cria a Coordenadoria Estadual de Combate à Corrupção (CECOR) e Delegacias de Polícia Especializadas no Combate à Corrupção (DECOR) e estabelece outras providências. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 684**28 DE AGOSTO DE 2024**

Introduz as Alterações 4.746 a 4.752 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 685**29 DE AGOSTO DE 2024**

Autoriza a cessão de uso de imóveis no Município de São Miguel do Oeste. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 686**29 DE AGOSTO DE 2024**

Dispõe sobre a homologação de pareceres e resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 687**29 DE AGOSTO DE 2024**

Dispõe sobre a homologação de pareceres e

resoluções do Conselho Estadual de Educação (CEE). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 688**29 DE AGOSTO DE 2024**

Dispõe sobre a homologação de pareceres do Conselho Estadual de Educação (CEE). ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 689**29 DE AGOSTO DE 2024**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 690**29 DE AGOSTO DE 2024**

Homologa situação de emergência no Município que menciona. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 691**29 DE AGOSTO DE 2024**

Introduz a Alteração 4.774 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

DECRETO Nº 692**29 DE AGOSTO DE 2024**

Introduz as Alterações 4.762 a 4.765 no RICMS/SC-01. ([Inteiro teor](#))

LEGISLAÇÃO FEDERAL

LEIS ORDINÁRIAS

LEI Nº 14.947

2 DE AGOSTO DE 2024

Dispõe sobre a criação do Fundo de Investimento em Infraestrutura Social (FIIS); e altera a Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, para autorizar os agentes operadores do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE) a renegociar os termos, os prazos e as demais condições financeiras das operações de crédito cujos riscos são suportados, parcial ou integralmente, pela União. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.948

2 DE AGOSTO DE 2024

Institui o marco legal do hidrogênio de baixa emissão de carbono; dispõe sobre a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono; institui incentivos para a indústria do hidrogênio de baixa emissão de carbono; institui o Regime Especial de Incentivos para a Produção de Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (Rehidro); cria o Programa de Desenvolvimento do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono (PHBC); e altera as Leis nºs 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e 9.478, de 6 de agosto de 1997. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.949

2 DE AGOSTO DE 2024

Confere ao Município de Santa Rosa de Lima, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Meliponicultura. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.950

2 DE AGOSTO DE 2024

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o direito da criança e do adolescente de visitação à mãe ou ao pai internados em instituição de saúde. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.951

2 DE AGOSTO DE 2024

Dispõe sobre a coloração da órtese externa denominada bengala longa, para fins de identificação da condição de seu usuário. [\(Inteiro teor\)](#)

LEI Nº 14.952

6 DE AGOSTO DE 2024

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de estabelecer regime escolar especial para atendimento a educandos nas situações que especifica. [\(Inteiro teor\)](#)

LEGISLAÇÃO FEDERAL

DECRETOS

DECRETO Nº 12.128

1º DE AGOSTO DE 2024

Institui o Plano Nacional de Políticas para Povos Ciganos. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.129

2 DE AGOSTO DE 2024

Aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.130

7 DE AGOSTO DE 2024

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.131

7 DE AGOSTO DE 2024

Cria a Zona de Processamento de Exportação de Bacabeira, no Município de Bacabeira, Estado do Maranhão. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.132

7 DE AGOSTO DE 2024

Dispõe sobre o percentual do valor do prêmio do Seguro Obrigatório para Proteção de Vítimas de Acidentes de Trânsito de que trata o art. 6º, § 1º, da Lei Complementar nº 207, de 16 de maio de 2024, e altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.133

7 DE AGOSTO DE 2024

Altera o Decreto nº 9.581, de 23 de novembro de 2018, que dispõe sobre a extinção da empresa binacional Alcântara Cyclone Space e organiza os trabalhos de sua inventariança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.134

7 DE AGOSTO DE 2024

Altera o Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, e remaneja e transforma cargas em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.135

9 DE AGOSTO DE 2024

Declara luto oficial pelas vítimas do desastre aéreo, voo 2283, rota Cascavel/Guarulhos, ocorrido no dia 9 de agosto de 2024. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.136

9 DE AGOSTO DE 2024

Aprova o Plano Nacional de Turismo para o quadriênio 2024-2027. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.137

12 DE AGOSTO DE 2024

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.138

12 DE AGOSTO DE 2024

Regulamenta a concessão de desconto nas operações de crédito rural de custeio, investimento e industrialização contratadas por mutuários que tiveram perdas materiais decorrentes dos eventos climáticos extremos ocorridos nos

meses de abril e maio de 2024, em Municípios do Estado do Rio Grande do Sul que tiveram estado de calamidade pública ou situação de emergência decretado, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.247, de 31 de julho de 2024. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.139
15 DE AGOSTO DE 2024

Altera o Decreto nº 11.779, de 13 de novembro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Trabalho e Emprego, e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.140
15 DE AGOSTO DE 2024

Altera o Decreto nº 11.474, de 6 de abril de 2023, que dispõe sobre o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.141
17 DE AGOSTO DE 2024

Declara luto oficial pelo falecimento de Senhor Abravanel, Silvio Santos, ex-apresentador de televisão e empresário brasileiro. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.142
19 DE AGOSTO DE 2024

Remaneja, em caráter temporário, cargos em comissão e funções de confiança para a Assessoria Especial do Presidente da República e para o Gabinete Pessoal do Presidente da República, e transforma cargos em comissão e funções de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.143
19 DE AGOSTO DE 2024

Altera o Decreto nº 6.370, de 1º de fevereiro de 2008, para dispor sobre a abertura de novas contas bancárias destinadas à movimentação de suprimento de fundos pela Polícia Federal. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.144
19 DE AGOSTO DE 2024

Altera o Decreto nº 11.550, de 5 de junho de 2023, que dispõe sobre o Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.145
19 DE AGOSTO DE 2024

Fixa os quantitativos de vagas para promoções obrigatórias nos Quadros de Oficiais da Aeronáutica, no ano-base de 2024. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.146
19 DE AGOSTO DE 2024

Fixa os quantitativos de vagas para promoções obrigatórias nos Corpos e nos Quadros de Oficiais da Marinha, no ano-base de 2024. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.147
19 DE AGOSTO DE 2024

Fixa os quantitativos de vagas para promoções obrigatórias de Oficiais das Armas, dos Quadros e dos Serviços do Exército, no ano-base de 2024. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.148
19 DE AGOSTO DE 2024

Dispõe sobre a exclusão da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo – Ceagesp do Programa Nacional de Desestatização e revoga sua qualificação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.149
19 DE AGOSTO DE 2024

Dispõe sobre a exclusão da Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. – CeasaMinas do Programa Nacional de Desestatização e a qualificação de seus imóveis não operacionais no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.150
20 DE AGOSTO DE 2024

Institui, no âmbito do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação, a Estratégia Nacional de Melhoria Regulatória. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.151
23 DE AGOSTO DE 2024

Altera o Decreto nº 11.676, de 30 de agosto de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das Gratificações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e remaneja e transforma cargas em comissão e função de confiança. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.152
26 DE AGOSTO DE 2024

Revoga o Decreto nº 9.928, de 22 de julho de 2019, que institui o Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Bio-combustíveis. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.153
26 DE AGOSTO DE 2024

Altera o Decreto nº 10.712, de 2 de junho de 2021, que regulamenta a Lei nº 14.134, de 8 de abril de 2021, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição, e sobre as atividades de escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.154
27 DE AGOSTO DE 2024

Dispõe sobre o serviço militar inicial feminino. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.155
28 DE AGOSTO DE 2024

Altera o Decreto nº 8.107, de 6 de setembro de 2013, que regulamenta a Lei nº 11.539, de 8 de novembro de 2007, que dispõe sobre a Carreira de Analista de Infraestrutura e o cargo isolado de provimento efetivo de Especialista em Infraestrutura Sênior. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.156
28 DE AGOSTO DE 2024

Altera o Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, que institui o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. [\(Inteiro teor\)](#)

DECRETO Nº 12.157
29 DE AGOSTO DE 2024

Institui o Fundo Nacional de Investimento em Infraestrutura Social e o seu Comitê Gestor. [\(Inteiro teor\)](#)

PORTARIAS

PORTARIA CONJUNTA PGE/SEF Nº 1/2024
01.08.2024

o PROCURADOR-GERAL DO ESTADO e o SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o disposto no art. 7º, inciso i, da lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005; art. 106, § 2º, inciso i, da lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019, e art. 23 da lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010 e, ainda, o que consta dos autos sEF 11372/2024,

RESOLVEM:

art. 1º DESIGNAR deyse raimundo leite, matrícula nº 0956729-1-0, grasiela Mendes Jeremias, matrícula nº 0950845-7-01, renata Francis palma silva, matrícula nº 0655402-4-02, roberta da rosa silva aquino, matrícula nº 0357898-4-02 e roberta silveira da silva piccini, matrícula nº 0957398-4-01, ocupantes do cargo de assistente Jurídico, lotadas na procuradoria-geral do Estado, para atuarem, na condição de colaboradoras, na secretaria de Estado da Fazenda, no período compreendido de 1º de agosto de 2024 a 31 de dezembro de 2024.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

CLEVERSON SIEWERT

Secretário de Estado da Fazenda

PORTARIA GAB/PGE Nº 62/2024
01.08.2024

o PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pelo inciso i do art. 7º da lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, considerando o disposto no § 1º do art. 102 do anexo i do decreto nº 1.485, de 7 de fevereiro de 2018, e art. 5º, da lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010, com redação dada pela lei Complementar nº 783, de 23 de dezembro de 2021,

RESOLVE:

art. 1º designar aManda KUMBarTZKi FErrEira, ocupante do cargo de advogado autárquico, matrícula 980896-05-01, para atuar na superintendência de desenvolvimento das regiões Metropolitanas de santa Catarina (sUdEsC), conforme o art. 3º da lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010.

art. 2º Ficam cessados os efeitos da portaria gaB/pgE nº 33/2024, publicada no doE de 22 de abril de 2024, e da portaria gaB/pgE nº 130/2022, publicada no doE de 14 de outubro de 2022.

art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 15.07.2024.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 63/2024
05.08.2024

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso das atribuições conferidas pelo art.106, § 2º, ii, da lei Complementar n. 741, de 12 de junho de 2019, e do art. 28 do decreto n. 2.234, de 27 de outubro de 2022:

RESOLVE:

art. 1º designar os servidores abaixo relacionados para atuar como pontos Focais de integridade e Compliance da procuradoria-geral do Estado:

a) IUiz dagoBErTo CorrEa BriÃO, matrícula nº 0284274-2-01, ocupante do cargo de Corregedor-geral (titular);

b) MarCo anTonio BUZZi, matrícula nº 0951297-7-01, ocupante do cargo de assistente Jurídico (substituto).

art. 2º Caberá aos pontos Focais a coordenação das atividades relacionadas à implementação, ao monitoramento e à revisão do programa de integridade e Compliance (piC), conforme disposto no art. 29 do decreto n. 2.234, de 27 de outubro de 2022.

art. 3º os servidores designados como pontos Focais de integridade e Compliance poderão coordenar entre si a distribuição de tarefas relacionadas ao piC, de responsabilidade do titular.

art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

art. 5º Ficam revogadas:

i - a portaria gaB/pgE nº 55/2023, de 31.03.2023; e

ii - a portaria gaB/pgE nº 99/2023, de 03.10.2023.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 64/2024
05.08.2024

Fixa prazos mínimos de encaminhamento, ao gabinete do procurador-geral do Estado, das petições que necessitem da assinatura do governador do Estado.

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de sua competência conferida pelo art. 7º, inciso i, da lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e pelo art. 6º, inciso i, do decreto nº 1.485, de 7 de fevereiro de 2018,

RESOLVE:

art. 1º as petições em que seja necessária a assinatura do governador do Estado devem ser remetidas ao gabinete do procurador-geral do Estado com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência ao termo final do prazo, quando se tratar de prazo de 15 (quinze) dias ou mais; e 1 (um) dia útil de antecedência, quando se tratar de prazo inferior a 15 (quinze) dias.

art. 2º o não cumprimento dos prazos estabelecidos nesta portaria resultará na comunicação

à Corregedoria-geral da procuradoria-geral do Estado (pgE).

art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 65/2024
14.08.2024

o PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições e, considerando o disposto nos arts. 2º e 67 da lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e, de acordo com o que consta dos autos pgE 5419/2024,

RESOLVE:

art. 1º proMoVEr o procurador do Estado gUsTaVo sCHMITZ CanTo, matrícula nº 962.860-6-01, para a Classe intermediária da carreira de procurador do Estado de santa Catarina, a contar de 1º de agosto de 2024.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 66/2024
20.08.2024

o PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no exercício de suas de atribuições legais e, com fundamento no art. 7º, §1º, da lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

art. 1º delegar ao ocupante do cargo de diretor de administração e Finanças, competência para autorizar o deslocamento e conceder diárias a servidor e procurador do Estado vinculado à procuradoria-geral do Estado (pgE); movimentar conta bancária; assinar ordens de pagamento, relatórios de viagem, termos de compromissos de estágio de graduação, empenhos, estornos, anexos que compõem os balancetes mensais e o balanço geral da pgE e do Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de reaparelhamento (FUN-JUrE).

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

art. 3º Fica revogada a portaria gaB/pgE nº 35/2023.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 67/2024
20.08.2024

o PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no exercício de suas de atribuições legais e, com fundamento no art. 7º, §1º, da lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

art. 1º delegar ao procurador-geral adjunto para assuntos administrativos, EZEQUIEL pirEs, ma-

trícula 0292448-0-01, competência para, no âmbito da procuradoria-geral do Estado (pgE) e do Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de reaparelhamento (FUnJUre), autorizar o uso de veículo oficial, aplicar penalidades contratuais e assinar apostilamentos, termos de compromissos de estágio de pós-graduação e os formulários de que trata o anexo i do decreto nº 107, de 25 de abril de 2019.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

art. 3º Fica revogada a portaria gaB/pgE nº 5/2023.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 70/2024

29.08.2024

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no exercício de suas atribuições legais e, com fundamento no art. 7º, §1º, da lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005,

RESOLVE:

art. 1º delegar ao ocupante do cargo de diretor de administração e Finanças, competência para autorizar o deslocamento e conceder diárias a servidor e procurador do Estado vinculado à procuradoria-geral do Estado (pgE); movimentar conta bancária; assinar ordens de pagamento, relatórios de viagem, termos de compromissos de estágio de graduação e de residência, empenhos, estornos, anexos que compõem os balancetes mensais e o balanço geral da pgE e do Fundo Especial de Estudos Jurídicos e de reaparelhamento (FUnJUre).

art. 2º Esta portaria produz efeitos a contar de 20.08.2024.

art. 3º Fica revogada a portaria gaB/pgE nº 66/2023.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

Procurador-Geral do Estado

PORTARIA GAB/PGE Nº 71/2024

29.08.2024

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso da competência conferida pela alínea c do inciso ii do art. 4º do decreto nº 1.860/2022, e de acordo com o que consta dos autos pgE 6430/2024,

RESOLVE:

art. 1º designar o servidor JosÉ riCardo HErTEr, matrícula nº 319.428.0-01, diretor de administração e Finanças, para responder cumulativamente pela função gratificada de dirETor dE apoio TÉCniCo, nível Fg-1, da pgE, em substituição ao titular, aUro saTUmo MadUrEira, matrícula nº 257.234-6-01, durante o usufruto de férias, no período de 10/09/2024 a 27/09/2024.

art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO LUIZ FOGAÇA VICARI

PARECERES

PARECER N° 317/2024-PGE

Referência: SCC 10294/2024

Assunto: Pedido de diligência ao Projeto de Lei n. 247/2024

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autor: André Doumid Borges

Pedido de diligência. Projeto de Lei n. n. 247/2024, de iniciativa parlamentar, que “Cria a Política Estadual de Apoio e Fomento ao Desassoreamento de rios, arroios, açudes, lagos, lagoas, lagunas e canais visando à prevenção e minimização dos efeitos e danos causados por enchentes, inundações e alagamentos no território catarinense, reconhece a atividade de desassoreamento como de relevante interesse social do Estado de Santa Catarina; e dá outras providências”. 1. Usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado quanto aos arts. 4o e 6o (CESC, art. 50, § 2o, IV, e art. 71, inciso IV). 2. Constitucionalidade formal orgânica. Matéria sobre proteção ao meio ambiente (CRFB, art. 24, VI). 3. Constitucionalidade material. Proposição situada dentro da margem de conformação do legislador para normatização de proteção ao meio ambiente. 4. Ausência de vícios de inconstitucionalidade e ilegalidade, salvo em relação aos arts. 4o e 6o.

PARECER N° 318/2024-PGE

Referência: SCC 10094/2024

Assunto: Pedido de diligência ao Projeto de Lei n. 0261/2024

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autor: Leonardo Jenichen de Oliveira

Pedido de diligência. Projeto de Lei n. 0261/2024, de iniciativa parlamentar, que “Institui o Cadastro de Autorizações de Estacionamento em Vagas destinada à Pessoas com Deficiência no âmbito do Estado de Santa Catarina e dá outras providências”. 1. Inconstitucionalidade formal do art. 2o por usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado para deflagração do processo legislativo sobre organização e funcionamento da Administração Pública (arts. 61, § 1o, II, “e” e 84, VI, “a”, da CRFB, e 50, § 2o, VI e 71, IV, “a”, da CESC) e por invasão da autonomia municipal, com violação ao princípio federativo (arts. 1o e 18 da CRFB). Ofensa ao princípio da separação dos Poderes do Estado (art. 2o da CRFB e art. 32 da CESC). 2. Constitucionalidade formal orgânica. Matéria de competência concorrente entre União, Estados, Municípios e Distrito Federal (Art. 24, inciso XIV, da CRFB/1988). 3. Proposição situada dentro da margem de

conformação do legislador para normatização da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

PARECER N° 322/2024-PGE

Referência: SCC 10303/2024

Assunto: Pedido de diligência ao Projeto de Lei n. 0236/2024.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC).

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

Autor: Marcos Alberto Titão

Pedido de diligência. Projeto de Lei n. 0236/2024, de iniciativa parlamentar, que “Altera a Lei no 13.136, de 2004, que “Dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e doação de quaisquer Bens ou Direitos – ITCMD”, para prever isenção a entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes”. Hipótese de imunidade tributária prevista na Constituição. Art. 150, VI, “b”, da CF/88. Inconstitucionalidade material.

PARECER N° 323/2024-PGE

Referência: SCC 10476/2024

Assunto: Pedido de Diligência ao Projeto de Lei no 002/2024

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessado: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autor: André Doumid Borges

Pedido de diligência. Projeto de Lei no 002/2024, de origem parlamentar, que “Dispõe sobre a fixação de placas informativas em imóveis locados pelo Estado, contendo dados relevantes sobre o contrato de locação”. Publicidade dos atos da Administração Pública. Ausência de iniciativa privativa do Chefe do Executivo. Competência legislativa concorrente dos entes federativos. Inconstitucionalidade material.

PARECER N° 324/2024-PGE.

Referência: SCC 9349/2024

Assunto: Pedido de diligência ao Projeto de Lei n. 0024/2024

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autor: Marcos Alberto Titão

Pedido de diligência. Projeto de Lei n. 0024/2024, de iniciativa parlamentar, que “Institui o Programa “PRAIA PARA TODOS” para garantir acessibilidade plena nas praias marítimas urbanas do Estado de Santa Catarina e dá outras providências”. Inconstitucionalidade formal orgânica. Matéria de competência legislativa privativa da União.

Sugestão de arquivamento.

PARECER N° 325/2024-PGE

Referência: SCC 9350/2024

Assunto: Diligência – Proposta de Emenda à Constituição

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autor: Eduardo Melo Cavalcanti Silva

Pedido de diligência. Proposta de Emenda à Constituição n. 05/2024, de iniciativa parlamentar, que “Acrescenta o § 3o ao Artigo 62 da Constituição do Estado de Santa Catarina.”. Vício de inconstitucionalidade formal subjetiva (artigo 50, § 2o, VI, e artigo 71, IV, “a, ambos da CESC”) inconstitucionalidade material (CESC, art. 32).

PARECER N° 326/2024-PGE

Referência: SCC 9846/2024

Assunto: Pedido de diligência ao Projeto de Lei no 0166/2024

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autor: Leonardo Jenichen de Oliveira

Pedido de diligência. Projeto de Lei no 0166/2024, que “Institui o Programa Estadual Censo de Inclusão das Pessoas com Deficiências, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e de seus Familiares no Estado de Santa Catarina e dá outras providências”, de iniciativa parlamentar. Constatação de inconstitucionalidade formal subjetiva (parcial). Ausência de vícios de inconstitucionalidade formal orgânica e material.

PARECER N° 327/2024-PGE

Referência: SCC 9841/2024

Assunto: Pedido de diligência ao Projeto de Lei n. 0152/2024.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autor: Marcos Alberto Titão

Pedido de diligência. Projeto de Lei n. 0152/2024, de iniciativa parlamentar, que “Acrescenta o inciso IV ao art. 35 da Lei no 18.674, de 2 de agosto de 2023”. Violação ao art. 166-A da CRFB. Inconstitucionalidade material.

PARECER N° 329/2024-PGE

Referência: SCC 9163/2024

Assunto: Análise de minuta de anteprojeto de lei

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Autora: Carla Schmitz de Schmitz

PARECERES

Minuta de anteprojeto de lei ordinária, que “Altera o art. 106-A da Lei Complementar no 741, de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabelece outras providências”. Competência legislativa estadual.

Constitucionalidade formal subjetiva. Ausência de vício de iniciativa. Constitucionalidade material. Cumprimento das exigências orçamentárias. Inexistência de vedação em face do ano eleitoral. Viabilidade jurídica da proposição.

PARECER Nº 332/2024-PGE

Referência: SCC 10949/2024

Assunto: Diligência – Projeto de Lei no 109/2024

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessada: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc)

Autor: André Doumid Borges

Diligência. Projeto de Lei no 109/2024, de iniciativa parlamentar, que “Revoga o inciso VI do art. 4o da Lei nº 16.292, de 2013, que “Institui o Programa de Apoio Social (PAS) e estabelece outras providências”. 1. Constitucionalidade formal orgânica. Competência Comum. Matéria sobre Assistência Social (art. 23, inciso II, da CRFB). 2. Inconstitucionalidade formal subjetiva. Usurpação à iniciativa reservada ao Governador do Estado. 3. Inconstitucionalidade formal.

PARECER Nº 334/2024-PGE

Referência: PGE 5883/2024

Assunto: Pagamento por indenização

Origem: Diretoria de Administração - DIAD/PGE

Interessados: Procuradoria-Geral do Estado (PGE) e empresa Locativa Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Autor: Eduardo Melo Cavalcanti Silva

Locação de imóvel. Sede da Procuradoria Regional de Criciúma. Uso do imóvel após termo final do contrato. Ratificação do entendimento firmado no Parecer n. 430/20-PGE. Impossibilidade de enriquecimento sem causa do Estado. Legalidade do pagamento. Pagamento devido a título de indenização.

PARECER Nº 335/2024-PGE

Referência: SCPAR 1052/2021

Assunto: Análise jurídica da minuta de edital e de contrato

Origem: Secretaria de Estado da Fazenda (SEF)

Autor: Gustavo Schmitz Canto

Direito Administrativo. Análise de minuta de edital e contrato. Concorrência Pública Internacional para a concessão patrocinada para exploração, manutenção e expansão do Aeroporto Regional Sul Humberto Ghizzo Bortoluzzi - Aero-

porto de Jaguaruna/SC. Ratificação do Parecer n. 33/2024-SPAF/COJUR. Necessidade de alteração do prazo de vigência.

Possibilidade de prosseguimento do processo licitatório, desde que atendidas as recomendações.

PARECER Nº 336/2024-PGE

Referência: SCC 1809/2024

Assunto: Condutas vedadas em período de eleição.

Origem: Secretaria de Estado da Casa Civil (SCC)

Interessado(a): Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS)

Autor: Leonardo Jenichen de Oliveira

Eleitoral. Condutas vedadas. Transferências Especiais Voluntárias (TEVs).

Possibilidade condicionada: a) a publicação da portaria autorizadora previamente ao período eleitoral; b) aos recursos destinados a obras e serviços já fisicamente iniciados; e c) cumprimento de cronograma pré-fixado.

Hipótese que se amolda à exceção constante do art. 73, VI, “a”, da Lei federal no 9.504, de 1997 (Lei das Eleições). Possibilidade.

PARECER Nº 338/2024-PGE

Referência: PGE 5708/2024

Assunto: Requerimento de pedido de atualização monetária de valores pagos.

Origem: Núcleo dos Tribunais (PGE/NUTRI)

Autor: Eduardo Melo Cavalcanti Silva

Requerimento de atualização de débitos, referente à restituição de valores retidos a título de IRRF. Possibilidade jurídica. Encaminhamento para o setor competente para cálculos.

PARECER Nº: 341/2024-PGE

Referência: PGE 5452/2024

Assunto: Minuta de Convênio entre a PGE e o UNICESUSC

Origem: Procuradoria Geral do Estado (PGE)

Autor: Gustavo Schmitz Canto

Direito Administrativo. Análise de minuta de Termo de Convênio entre a Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina (PGE) e o Centro Universitário CESUSC - UNICESUSC. Política de Capacitação da Procuradoria-Geral do Estado (PGE). Cursos lato sensu. Minuta em conformidade com a Lei n. 14.133/2021.

PARECER Nº 342/2024-PGE

Referência: SES 162114/2024

Assunto: Transferências Voluntárias

Origem: Secretaria de Estado da Saúde (SES)

Autor: Gustavo Schmitz Canto

Direito Constitucional, Administrativo e Eleitoral. Transferência de recursos públicos. Emendas parlamentares impositivas (EPI). Natureza de

transferência voluntária. Período eleitoral. Condutas vedadas aos agentes públicos nas campanhas eleitorais, previstas no artigo 73, da Lei n. 9.504/97. Transferências decorrentes de emendas parlamentares impositivas a município, por força de convênio. Viabilidade de realização de transferências voluntárias de recursos, desde que para obras ou serviços em andamento físico e com cronograma pré-fixado (artigo 73, VI, “a”, também da Lei n. 9.504/97). Situação que não se amolda ao contido no § 10, do artigo 73 (vedação de distribuição gratuita de bens em todo ano eleitoral), por existir previsão de contrapartida no convênio.

PARECER Nº 343/2024-PGE

Referência: SAR 1013/2024

Assunto: Transferência voluntária em período de eleição.

Origem: Secretaria de Estado da Agricultura (SAR).

Interessado: Secretaria de Estado da Agricultura (SAR).

Autora: Carla Schmitz de Schmitz

Eleitoral. Condutas vedadas. Transferências Especiais Voluntárias (TEVs).

Possibilidade condicionada: a) a publicação da portaria autorizadora previamente ao período eleitoral; b) aos recursos destinados a obras e serviços já fisicamente iniciados/em andamento; e c) cumprimento de cronograma pré-fixado. Exceção constante do art. 73, VI, “a”, da Lei federal no 9.504, de 1997 (Lei das Eleições).

Possibilidade em relação aos processos SAR 409/2024 e 413/2024.

Impossibilidade em relação ao processo SAR 412/2024 por ausência de comprovação do requisito “em andamento”.

PARECER Nº 346/2024-PGE

Referência: SAS 3055/2024

Assunto: Solicitação de reanálise

Origem: Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família (SAS)

Autor: Gustavo Schmitz Canto

Edital vinculado ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, publicado em dezembro de 2023. Reanálise, especialmente com relação às cláusulas que direcionam a possibilidade de prorrogação dos prazos editalícios.